

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA - FAETEC, DESIGNADO PARA PROCESSAR O PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2021 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº SEI-150015/000517/2021.

TRANSFORMATIO TECHNOLOGY EIRELI, sociedade empresária com sede na Rua Dr. Mário Ramos, nº 227, Quadra B, LP 12, Sala 302, Centro, Barra Mansa, CEP 27.330-230, inscrita no CNPJ sob o nº 02.229.787/0001-93, neste ato representado por seu Procurador infra-assinado, que este subscreve, vem, respeitosa e tempestivamente, com fundamento no Art. 164 da Lei nº 14.133/21, no §1º e seguintes do Art. 41 da Lei nº 8.666/93 e no subitem 1.6 do instrumento convocatório, oferecer a presente:

IMPUGNAÇÃO

ao Edital do Pregão Eletrônico nº 007/2021, em razão de específica exigência que resulta num ilegal e involuntário direcionamento, o qual reduz amplamente a competitividade, sacrificando os princípios constitucionais que norteiam a Administração Pública.

I. DA TEMPESTIVIDADE

Inicialmente comprova-se a tempestividade desta Impugnação, vez que a sessão pública para abertura das propostas e formulação de lances está prevista para o dia 23/11/2021, tendo sido, portanto, cumprido o prazo pretérito de 02 (dois) dias úteis, previsto no subitem 1.6 do instrumento convocatório, para sua propositura.

II. DOS FATOS

Em apertada síntese, trata-se de procedimento licitatório instaurado pela FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA, na modalidade pregão eletrônico, do tipo menor preço por lote, em sessão pública a realizar-se no portal de compras www.compras.rj.gov.br, para a contratação de empresa especializada, devidamente regularizada, para prestar, junto a FAETEC serviços de manutenção preventiva e corretiva nos aparelhos de ar condicionado da Rede com mão de obra especializada, fornecimento de componentes e acessórios que se façam necessários, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência (Anexo I)

Colacionadas as disposições normativas pertinentes, nos moldes do delineado a seguir, restará claro que a presente Impugnação se justifica enquanto medida hábil de que se vale esta Impugnante para suscitar questionamentos acerca de fatores, no âmbito das especificações do Termo de Referência que, a nosso juízo, não se coadunam com os mandamentos contidos no ordenamento Jurídico pertinente e que frustram o caráter competitivo do certame, senão vejamos.

III. DAS ILEGALIDADES CONSTANTES DO EDITAL

O Edital em exame traz exigências que extrapolam os limites estabelecidos pela Lei das Licitações, comprometendo o caráter competitivo do certame e cerceando a participação de um sem número de empresas, em clara afronta aos preceitos da legislação regente da matéria, no que concerne à exigência de que a licitante encontre-se registrada, previamente à participação no certame, no CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia e que comprove que há em seu quadro, responsáveis técnicos na área de Engenharia Mecânica, a par do disposto no subitem 12.2.5.4 do instrumento convocatório, no item subitem 4.1 e no item 5 e seus subitens, ambos do Termos de Referência:

"12.5.2.1 Apresentação de um ou mais atestado de Responsabilidade Técnica fornecida (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, **devidamente registrado no CREA e/ou CAU**, e acompanhado da Certidão de Acervo

Técnico (CAT) emitido pelo CREA e/ou CRAU, em nome de seu(s) responsável (is) técnico (s), onde fica comprovada a execução de serviços semelhantes ao objeto do presente Edital.

[...]

4.1 A empresa a ser contratada para prestar os serviços em questão deverá colocar às disposição da FAETEC pessoal habilitado à sua realização, nos locais e horários previamente definidos neste Termo de Referência. **Todos os serviços terão orientação e responsabilidade técnica de no mínimo 1 (um) Engenheiro Mecânico, que será responsável pela coordenação das atividades de manutenção.**

[...]

5 - DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

5.1 A CONTRATADA deverá possuir atestado (s) de capacidade técnica fornecido (s) por pessoa (s) jurídica de direito público ou privado, **devidamente registrado(s) no CREA e Certidão de Acervo Técnico (CAT) emitidas pelo CREA,** em nome de profissional de nível superior e a empresa licitante, legalmente habilitado, pertencente ao quadro permanente da empresa licitante, onde fique comprovada a responsabilidade técnica por serviço semelhantes ao objeto da licitação, conforme disposição do art. 30 da Lei nº 8.666/93.

5.2 Entende-se como pertencente ao quadro permanente, o sócio, o diretor (detentor de cargo na gestão), o empregado com carteira de trabalho e previdência social, ou sob contrato de prestação de serviços.

5.3 A CONTRATADA deverá possuir **certidão de registro de pessoa jurídica da empresa licitante e de seus**

responsáveis técnicos no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, em sua plena validade, de acordo com o disposto no art. 30. inciso I, da Lei nº 8.666/93.

5.4 A CONTRATADA deverá comprovar que há em seu quadro, responsáveis técnicos na área de Engenharia Mecânica devidamente registrados no CREA e na empresa.

5.5 A CONTRATADA deverá comprovar que em seu quadro, responsáveis técnicos na área de Engenharia Mecânica devidamente registrados no CREA e na empresa, que comprove capacitação em certificado, de acordo com os requisitos estabelecidos na NR 10, do Ministério do Trabalho." (g.n.)

A Lei nº 13.639, de 26 de março de 2018 criou o Conselho Federal dos Técnicos Industriais, o Conselho Federal dos Técnicos Agrícolas, os Conselhos Regionais dos Técnicos Industriais e os Conselhos Regionais dos Técnicos Agrícolas que tem como função orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício profissional dos Técnicos Industriais; profissionais liberais com profissão regulamentada pela Lei nº 5.524/1968 e Decreto nº 90.922/1985, devidamente habilitados para o desempenho de suas atribuições, como empregados do setor público e privado, empregadores autônomos ou prestadores de serviços.

No uso de suas atribuições o CFT editou a Resolução nº 68/194, de 24 de maio de 2019, em seu art. 1º, estabelece que **COMPETE AO TÉCNICO** EM REFRIGERAÇÃO E AR CONDICIONADO, TÉCNICO EM MECÂNICA E O TÉCNICO EM ELETROMECAÂNICA O PLANEJAMENTO, ELABORAÇÃO, EXECUÇÃO, COORDENAÇÃO, CONTROLE, INSPEÇÃO E AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DE **MANUTENÇÃO DE SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO E CLIMATIZAÇÃO**, E TODOS OS SERVIÇOS DO PMOC - PLANO DE MANUTENÇÃO OPERAÇÃO E CONTROLE, *verbis*:

"Art. 1º O profissional Técnico Industrial habilitado para planejar, elaborar, executar, coordenar, controlar, inspecionar e avaliar a execução de manutenção de

sistema de refrigeração e climatização, e todos os serviços do PMOC - Plano de Manutenção Operação e Controle, relacionados é o Técnico em Refrigeração e Ar Condicionado, Técnico em Mecânica e o Técnico em Eletromecânica.

Art. 2º O PMOC - Plano de Manutenção Operação e Controle será registrado pelo profissional por meio do TRT - Termo de Responsabilidade Técnica." (g.n.)

Isso significa dizer que, depois do surgimento do CFT, o CREA passou a não assumir mais a competência de fiscalização de atividades profissionais exercidas pelos profissionais técnicos, incluindo as empresas que tenham como responsáveis profissionais técnicos.

Fixadas as balizas legais para a fiscalização do exercício das atividades desempenhadas pelos Técnicos Industriais, passamos a investigar o objeto do certame e sua conexão (ou não) com as atribuições destes.

Cumpramos estabelecer que o certame ora impugnado possui, por objeto, a contratação de serviços técnicos de MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM APARELHOS DE AR CONDICIONADO como patente de uma análise perfunctória das etapas de execução do objeto da licitação, do Anexo II - Programa de Manutenção Preventiva.

Ora, a parcela de parcela de maior relevância técnica e significativo valor do objeto da licitação, conforme definido na Lei nº 8.666/93 é o conjunto de características e elementos que individualizam e diferenciam o objeto, evidenciando seus pontos mais críticos, de maior dificuldade técnica, bem como os que representam risco mais elevado para a sua perfeita execução.

Sob esse enfoque, em vista da relação estabelecida entre o valor da parcela eleita para comprovação da qualificação técnica e o valor total do objeto, do escopo de serviços licitados e de sua descrição, emerge, a de MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM APARELHOS DE AR CONDICIONADO, como sendo a PARCELA DE MAIOR RELEVÂNCIA e SIGNIFICATIVO VALOR DO OBJETO; os serviços identificados como

sendo de os de maior complexidade técnica e vulto econômico, cuja inexecução importa em risco mais elevado para a Administração.

TRATA-SE AQUI DA ESSÊNCIA DO OBJETO LICITADO, AQUILO QUE É REALMENTE CARACTERIZADOR DA OBRA OU DO SERVIÇO, QUE É DE SUMA IMPORTÂNCIA PARA O RESULTADO ALMEJADO PELA CONTRATAÇÃO.

NESTES TERMOS, RESTA INADMITIDO O DISPOSITIVO COMBATIDO - A EXIGÊNCIA, A NECESSIDADE DE INCLUIR, NO CORPO TÉCNICO DA CONTRATADA, UM ENGENHEIRO MECÂNICO OU IMPOR, ÀS LICITANTES, SEU REGISTRO NO CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA, UMA VEZ QUE OS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM APARELHOS DE AR CONDICIONADO **NÃO SÃO PRIVATIVOS DE PROFISSIONAIS DE ENGENHARIA MECÂNICA.**

Como os serviços objeto do Pregão Eletrônico NÃO SÃO PRIVATIVOS DE ENGENHEIROS MECÂNICOS, a adoção das condições previstas no subitem no subitem 12.2.5.4 do instrumento convocatório, no item subitem 4.1 e no item 5 e seus subitens, ambos do Termos de Referência revela-se excessiva à vista do objeto licitado, ainda mais diante de uma análise isolada e sem alternativas para os interessados e acarreta a **invalidade do ato convocatório da licitação**, como no presente caso, **visto ser desnecessária e imprópria para apurar se as licitantes têm ou não condições de executar o objeto licitado de modo satisfatório.**

Tanto é verdade que, no âmbito do Pregão Eletrônico nº 01/2021, promovido pela Prefeitura do Rio de Janeiro, que objetivava a Contratação de serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva em Aparelhos de Ar Condicionado Tipo Split), o TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO assim se manifestou:

*"In casu, como se viu, **ambos os Conselhos Profissionais (CONFEA7 e CFT) estabelecem que seus profissionais (o engenheiro e o técnico industrial, respectivamente) estão habilitados a desempenhar a função de responsável técnico de serviços de Manutenção***

Preventiva e Corretiva em Aparelhos de Ar Condicionado.

Assim sendo e **considerando a inexistência de hierarquia entre os Conselhos Profissionais em questão entendemos que não cabe a este Tribunal restringir a participação do Técnico Industrial no certame** apenas em razão desta celeuma. Outrossim, compete aos Conselhos Profissionais envolvidos dirimir eventual conflito entre suas disposições normativas, sendo certo que, até lá, ambos devem ser considerados aptos a figurarem como responsável técnico de serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva em Aparelhos de Ar Condicionado.

Dessa forma, **opinamos pela procedência da impugnação, com a competente remessa dos autos ao i. Pregoeiro para que adeque o Edital do Pregão Eletrônico nº 01/2021 ao pleito do Impugnante, corrigindo, desse modo, exigência que tenha o condão de frustrar o caráter competitivo do certame.**" (g.n.)

Neste mesmo sentido o TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO, no âmbito do Pregão nº 61/2018.

"Tendo em vista a Lei 13.639/18, de março/18, criando o Conselho Federal de Técnicos Industriais e ofício Circular 002/18 - GAB-CFT, de outubro/18, disponível no respectivo site, **sugerimos acatar a impugnação recebida, com as seguintes alterações no Processo PROAD 37/18:** a) Edital item 11.5. b.2) **incluir a opção de técnico em Mecânica, Eletrotécnica ou técnico em Máquinas no lugar de engenheiro. O registro pode ser junto ao CREA ou ao Conselho Federal dos Técnicos Industriais (CFT); na CAT deverá constar ART ou Termo de Responsabilidade Técnica (TRT).** item 11.5.b.2.1)...**registro do profissional junto ao CREA ou CFT...** item 11.5. c) **certidão de Registro de Pessoa Jurídica, expedida pelo CREA ou pelo CFT,**

*comprovando... item 22.2 - CONDUTAS GERAIS, 3 - incluir a alteração abaixo, item 7.17 do Termo de Referência. b) Termo de Referência item 7.17) **incluir a opção de apresentar o Termo de Responsabilidade Técnica (TRT) emitido pelo CFT,** em nome do responsável técnico indicado... Considerando a manifestação da Unidade Técnica, acolho a proposta de DEFERIMENTO da impugnação."(g.n)*

E a DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO nos autos do Processo nº 08038.007790/2020-91, Pregão nº 1/ 2021:

*"Como pode se observar, a Resolução acima transcrita define quais os **profissionais Técnicos Industriais estão habilitados para execução dos serviços que constam do objeto do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2021,** acima explicitado. Diante disso, é possível concluir que **o Edital impugnado necessita de reforma de modo que não haja restrição da competitividade no certame, trazendo também a possibilidade de participação de empresas que estejam vinculadas ao CFT ou CRT.**" (g.n.)*

O art. 3º da Lei de Licitações, nº 8.666/93, dispõe que a "licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração", dentre outros princípios.

Assim sendo, a regra é que o maior número de interessados participem da licitação, apresentando suas propostas para fornecer um produto ou prestar um determinado serviço.

De igual forma, as exigências, segundo o comando constitucional, relativas à qualificação técnica e econômica, somente são permitidas quando indispensáveis para a garantia da execução contratual.

Assim, qualquer empecilho ou dificuldade desarrazoada para a participação no certame de possíveis interessados, pode ser entendido como uma restrição à competitividade e, por consequência, ofensa ao princípio da isonomia e, também, ao art. 3º, inciso I, da Lei de

Licitações, que veda a inclusão, nos atos convocatórios de certames licitatórios, de cláusulas impertinentes ou irrelevantes.

Neste sentido, Celso Antônio Bandeira de Mello aduz que não serão apenas inconvenientes, mas também ilegítimas - e portanto invalidáveis - as condutas desarrazoadas, bizarras, incoerentes ou praticadas com desconsideração às situações e circunstâncias que seriam atendidas por quem tivesse atributos normais de prudência, sensatez e disposição de acatamento às finalidades da lei.

Os artigos 3º e 41, da Lei nº 8.666/93 preceituam desta forma:

Art. 3º - A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Clarividente, portanto, que a permanência de tal requisito no Edital, viola de forma expressa o parágrafo primeiro do artigo. 3º da Lei 8.666/93:

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991;

Em igual toar a decisão proferida pelo Tribunal de Contas da União, em sede de representação oferecida por licitante indevidamente inabilitado em razão de exigências de

registro em Conselho Regional de Administração, de CIPA em DRT e de inscrição no Programa de Alimentação do Trabalhador.

"Sumário: REPRESENTAÇÃO. LICITAÇÃO. EXIGÊNCIA DE REGISTRO EM CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO. EXIGÊNCIA DE REGISTRO DE CIPA EM DRT. EXIGÊNCIA DE INSCRIÇÃO NO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO DO TRABALHADOR. VEDAÇÃO DE SOMATÓRIO DE ATESTADOS DE DESEMPENHO ANTERIOR. DESCABIMENTO DAS EXIGÊNCIAS e DA VEDAÇÃO. PROCEDÊNCIA PARCIAL. DETERMINAÇÕES.

1. É inexigível em edital de licitação o registro de empresa prestadora de serviços de vigilância e de portaria em Conselho Regional de Administração.

2. É inexigível em edital de licitação o cadastramento de Comissão Interna de Prevenção de Acidentes na Delegacia Regional do Trabalho.

3. É inexigível em edital de licitação a inscrição da empresa no Programa de Alimentação do Trabalhador.

[...]

4.1.3. Quanto ao item 3.2.1.a desta instrução, relativo a esclarecimentos sobre o fundamento para as exigências contidas nas alíneas e, f e g do item 11.2 do edital, verifica-se que:

a) como resumo dos fatos apresentados, alega o responsável que as exigências são fundamentadas à vista da Lei nº 8.666/93, art. 30, incisos I e IV ('A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a: (...) I- registro ou inscrição na entidade profissional competente; (...) e IV - prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso'); na NR nº 5 da Portaria nº 3.214/78, quanto à previsão de registro da CIPA junto à Seção de Segurança e Saúde do Trabalhador; na Lei nº

6.321/76, regulamentada pelo Decreto nº 5/91 e pela Portaria nº 87/97, do Ministério do Trabalho, quanto à prova de registro ou inscrição no Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT; e na exigência de documentações previstas em leis especiais adotada por vários órgãos, como o Pregão Eletrônico nº 10/2007-TCU/Secex/AM, para contratação de serviços de vigilância armada por unidade deste Tribunal;

b) como análise dos elementos apresentados, entende-se que **não assiste razão ao responsável**. Ocorre que os dispositivos invocados não justificam as exigências questionadas, tendo em vista, conforme já exposto no item 11.4 da instrução de fls. 146, que não se pode inferir que as exigências contidas nas alíneas e, f e g do item 11.2 do edital encontrem fundamento nos dispositivos mencionados quando não decorram de expressa determinação legal. Como não é o caso, **não poderiam decorrer de previsão apenas genérica se não há nexos essenciais entre o objeto licitado e o requisito requerido, inclusive quanto ao registro ou inscrição na entidade profissional competente**. É verdade que o provisionamento do recurso da licitante, pela UFRJ, quanto ao item 11.2.f do edital, afasta o questionamento quanto ao item. Porém, o fato apenas demonstra o reconhecimento da impossibilidade de atender o requisito exigido neste caso concreto. A norma NR nº 5 da Portaria nº 3.214/78 (às fls. 118/125) não determina a providência requerida de registro da CIPA e a Portaria nº 8/99, por seu art. 4º (fl. 117), é expressa quanto às Delegacias Regionais de Trabalho e Emprego não receberem, em sua maioria, o registro da CIPA, tanto que a representante apresentou declaração da unidade descentralizada do INSS da localidade de sua sede nesse sentido (à fl. 99). Já a Lei nº 6.321/76 não expressa a exigência alegada de inscrição no PAT mas, ao contrário, tão-só se limita a prever a hipótese, discricionária ao administrado, e não ao administrador, de obter benefício fiscal em troca da comprovação de submissão às condições

do citado programa governamental. Conclui-se pelo cabimento de realização de determinação, à entidade, para que exclua a exigência de futuros certames." (g.n.)

Reitere-se, portanto, que não existe qualquer justificativa legal que embase a imposição acima mencionada do Edital.

A necessidade da busca do negócio mais vantajoso é o objetivo precípua de qualquer licitação, co-relacionado ao princípio da economicidade, tal como previsto no art. 70 da Constituição. Esse princípio cobra resultados positivos na relação custo-benefício das atividades administrativas.

Art. 70 - A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Dessa forma, fica demonstrada a infração ao princípio da legalidade, preconizado no artigo 37 da Constituição Federal, o qual determina que a Administração Pública só pode praticar atos que estejam devidamente previstos em Lei, sendo que qualquer medida contrária a este princípio, enseja a nulidade do respectivo ato administrativo.

IV. DO DIREITO

Enfim, com a devida e respeitosa vênua, porém não abstando do nosso direito de suscitar, a presente Impugnação se faz mister vez que o instrumento editalício para o Pregão Eletrônico em contenda encontra-se escoimado de antijuridicidades, tendo esta, portanto o fito de assegurar que o edital reúna as condições necessárias a conclusão do procedimento licitatório de forma clara e não imperiosa.

Cumpramos observar que se trata de uma forma incompreensível de realizar um Pregão, quando se busca a proposta mais vantajosa para a Administração, pois os pontos do edital,

objeto da impugnação, estão a impedir a participação em iguais condições das empresas interessadas, implicando em ilegalidade do instrumento convocatório e violação frontal aos princípios constitucionais da igualdade, impessoalidade e competitividade em especial o da isonomia, privilegiando algumas empresas em detrimento de outras.

Estas exigências em nada acrescentam nem tampouco representam uma garantia sobre o objeto da licitação, conforme já dito alhures, apenas afasta licitantes e mancha a lisura do certame, porquanto, sua manutenção representa ofensa aos princípios acima elencados, dentre outros, infelizmente, representando direcionamento, beneficiando apenas pouquíssimas empresas que possam atender o objeto licitado.

Cabe saliente que com as devidas modificações, o certame ficará mais justo e competitivo, pois muitas empresas poderão atender com eficiência a nova especificação, gerando uma maior concorrência entre os fornecedores e lucros para a Administração.

Da forma como se apresenta o Edital, possui o condão de inviabilizar a operação que se pretende, ferindo os princípios da livre e justa concorrência caso não sejam feitas correções, mantendo as demais exigências.

O ato convocatório, aqui impugnado deve necessariamente ser modificado, isto para que se respeite o princípio da legalidade contido no Artigo 3º da Lei 8.666/93.

Assim, é que, sendo incontroverso o direito da Licitante, pleiteamos a REFORMA do Edital, suprimindo seus vícios, sob pena de infração dos preceitos normativos vigentes, principalmente do Princípio Constitucional da Isonomia, previsto em nossa Constituição Federal, bem como no art. 3º da Lei 8.666/93 e do próprio dispositivo acima mencionado.

Pelo Princípio da Vantajosidade e Economicidade, presume-se como sendo prerrogativa da Administração Pública a congregação do maior número possível de concorrentes, viabilizando agregar preço e qualidade aos serviços, como aspectos que interagem e se complementam, promovendo, desta forma, maior competitividade entre os participantes e opções para o órgão licitante em adequar suas possibilidades e necessidades junto ao serviço licitado.

Neste sentido colacionamos o brilhante posicionamento de Marçal Justen Filho quanto ao tema:

"A licitação busca selecionar o contratante que apresente as melhores condições para atender os reclamos do interesse público, tendo em vista todas as circunstâncias previsíveis (preço, capacitação técnica, qualidade, etc)."

Aqui fazemos menção ao Princípio da Legalidade da Administração, que preconiza pela atuação administrativa segundo a lei, ou seja, atuação mediante observação irrestrita das disposições contidas em lei.

Pelo Princípio da Legalidade Administrativa,

"Não há liberdade nem vontade pessoal. Enquanto na Administração particular é lícito fazer tudo que a lei não proíbe, na Administração Pública só é permitido fazer o que a lei autoriza. A lei para o particular significa 'pode fazer assim'; para o administrador público significa 'deve fazer assim' - Hely Lopes Meirelles."

Por tudo isso, deve ser a conduta aplicada ao procedimento em apreço reformada em seu todo, a fim de garantir a aplicação da legislação vinculante e o reverenciamento a todos os princípios de direito.

"Os princípios informadores do ordenamento jurídico brasileiro autorizam a administração proceder a anulação de seus próprios atos, "quanto eivados de vícios graves que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; (...) (Súmula nº 473, STF)"

Os fundamentos apresentados são suficientes para demonstrar nitidamente o direito da Impugnante no pleito abaixo, situação que nos leva a crer, que o remédio jurídico perfeito para o caso, consubstanciado na harmonia e estabilidade das relações jurídicas, da boa fé e outros valores necessários a perpetuação do estado de direito, é a Reforma do Edital nos itens ora representados.

V. DO PEDIDO

Diante dos fatos e fundamentos ora apresentados, a Impugnante, REQUER sejam analisados os pontos detalhados nesta Impugnação, com a correção necessária do ato convocatório para que se afaste qualquer antijuridicidade que macule todo o procedimento que se iniciará.

Tendo em vista que a sessão pública está designada para 23/11/2021, REQUER, ainda, seja conferido efeito suspensivo a esta Impugnação, adiando-se a referida sessão para data posterior à solução dos problemas ora apontados. Caso contrário, há o iminente risco de todo processo licitatório ser considerado inválido, sustentados os equívocos no edital ora apontados, com desperdício da atividade ocorrida na sessão pública, incluindo avaliação das propostas e dos documentos de habilitação.

Requer, caso não corrigido o instrumento convocatório nos pontos ora invocados, seja mantida a irrisignação da ora Impugnante, para posterior juízo de anulação por parte da autoridade competente para tanto.

Termos nos quais,

Pede e espera deferimento,

Rio de Janeiro, 19 de novembro de 2021.

TRANSFORMATIO TECHNOLOGY

Maurício F L Carvalho, RG nº 056787484 DICRJ

Procurador